



SEÇÃO ARTIGOS LIVRES

Sequência didática interdisciplinar para alunos videntes e com baixa visão – uma proposta inclusiva

Interdisciplinary teaching sequence for sighted and low vision students – an inclusive proposal

Monica de Lima Bastos¹

Valéria Cristina da Silva Corrêa Dias²

Maria Angélica Barbosa de Souza³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo propor uma sequência didática (SD) interdisciplinar, para ser aplicada em uma turma do primeiro ano do Ensino Médio, com estudantes videntes e com baixa visão. Tal objetivo se justifica devido à importância da acessibilidade durante as aulas para alunos com deficiência visual (DV), à interação entre os sujeitos e aos discursos produzidos durante as atividades sobre as temáticas estudadas, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Diante deste contexto, trazemos para a centralidade do nosso estudo a seguinte questão: como incluir os estudantes com baixa visão, que chegam às salas de aula de escola regular comum, nas atividades pedagógicas? O tema da SD será *Ética nas Relações*, e a proposta é que seja desenvolvida por meio da metodologia ativa de ensino, no modelo rotação por estações. Os recursos acessíveis deverão ser um jogo de tabuleiro, desenvolvido especialmente para essa aula, além de vídeo, texto e áudio. O trabalho terá embasamento na literatura de Zabala (1998), que versa acerca das sequências didáticas, de Gagliardo e Nobre (2001), que abordam a importância da estimulação precoce, de Cobo, Rodriguez e Bueno (2003), que explicam acerca da deficiência visual, de Moran (2003), que propõe as metodologias ativas, e de Vygotsky (2007), que traz a abordagem dos aspectos sociais e culturais nas aprendizagens e nas relações mediadas entre os sujeitos. Finalizaremos propondo o papel do professor, em conformidade com Nóvoa (2009; 2022), na implementação de aulas que sejam condizentes com as especificidades do estudante com baixa visão, possibilitando, conseqüentemente, o aprendizado de todos, a partir das interações sociais em sala de aula e dos diferentes discursos produzidos pelos alunos.

Palavras-chave: Deficiência visual. Inclusão. Rotação por Estação. Ética.

1 Professora Docente II e Docente I de Filosofia da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Temática da Deficiência Visual – PPGE-IBC. E-mail: monicabastos2009@gmail.com.

2 Professora Docente II da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro e Docente I da Fundação Municipal de Niterói. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Temática da Deficiência Visual – PPGE-IBC. E-mail: valeriacsdias@gmail.com.

3 Professora Docente I de Matemática da Secretaria Municipal de Educação de Itaboraí. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Temática da Deficiência Visual – PPGE-IBC. E-mail: mangelicauff@gmail.com.



ABSTRACT

The present work aims to propose an interdisciplinary didactic sequence (DS), to be applied in a first-year high school class, with sighted and low vision students. This objective is justified due to the importance of accessibility during classes for students with visual impairments (VI), the interaction between subjects and the speeches produced during activities on the topics studied, in accordance with the National Common Curricular Base (BNCC). Given this context, we bring to the centrality of our study the following question: how to include students with low vision, who arrive in common regular school classrooms, in pedagogical activities? The DS theme will be Ethics in Relationships, and the proposal is that it be developed through active teaching methodology, in the station rotation model. The accessible resources used must be a board game, developed especially for this class, in addition to video, text and audio. The work will be based on the literature by Zabala (1998), which deals with didactic sequences, Gagliardo and Nobre (2001), who address the importance of early stimulation, Cobo, Rodriguez and Bueno (2003), who explain about visual impairment, Moran (2003), who proposes active methodologies, and Vygotsky (2007), who approaches social and cultural aspects in learning and in mediated relationships between subjects. We will conclude by proposing the role of the teacher, in accordance with Nóvoa (2009), in implementing classes that are consistent with the specificities of students with low vision, consequently enabling everyone to learn, based on social interactions in the classroom and the different speeches produced by students.

Keywords: Visual Impairment. Inclusion. Station Rotation. Ethics.

Introdução

A Educação Inclusiva refere-se ao processo de incluir indivíduos com deficiência na educação regular em todos os níveis, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Esse conceito introduz novas formas de interação social, especialmente dentro do ambiente escolar, com a intenção de estender essas práticas para além do contexto educacional. No entanto, é fundamental reconhecer que a concepção da inclusão surge como uma resposta às práticas excludentes que pessoas com deficiências enfrentaram no passado, quando eram rotuladas como “doentes” e consideradas incapazes, segundo os padrões de normalidade. Portanto, a compreensão da inclusão como um fenômeno histórico é fundamental, uma vez que emerge como uma demanda da realidade contemporânea, que exige a superação de estereótipos e preconceitos arraigados (Assunção, 2016).

Levando em consideração o público-alvo do nosso estudo, destacamos que, em 2019, um relatório da OMS (Organização Mundial da Saúde) informou que havia 2,2 bilhões de pessoas no mundo com deficiência visual (ONU News, 2019). Pode ser considerada deficiência visual (DV) a cegueira, que é a falta total da visão, e a baixa visão, quando a perda visual é parcial. Diante desses dados, implementar políticas públicas é uma necessidade urgente, especialmente para países onde a desigualdade é marcante, como é o caso do Brasil,

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, temos o direito à educação para todos, como um dever do Estado e da família (Brasil, 1988). Posteriormente, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 (LDB), conquistamos o direito a



currículos, a métodos, a recursos e a organizações escolares adequados ao atendimento das necessidades discentes (Brasil, 2008).

Na área da Educação Especial, destaca-se a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) como uma diretriz de grande impacto e repercussão. Ela traz a garantia da Educação Inclusiva nas escolas regulares para alunos com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades. Para as pessoas público-alvo da Educação Especial, relegadas ao longo do tempo à segregação, à exclusão e à integração, finalmente há a possibilidade de pleitear o direito à inclusão. Em um contexto social de desigualdade, a Educação Especial ganhou contornos de Educação Inclusiva na Legislação.

No entanto, apesar da vigência de legislações que garantem direitos, na prática a inclusão é ainda incipiente, conforme nos mostra a própria realidade da sala de aula. Por isso, para que o processo de inclusão do discente realmente ocorra, deve ir além da entrada mediante a matrícula. É importante priorizar sua permanência na escola, onde ele possa participar ativamente das atividades pedagógicas, interagindo, socializando, contribuindo, se assim for de sua vontade.

Todos os dias, nossas escolas recebem crianças e jovens com potencialidades diferenciadas, com diferentes tipos de inteligências, com deficiências e sem deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento e superdotação. Essa riqueza de diversidade nos convoca a uma formação continuada permanente, no sentido de desenvolvermos competências para buscar atender esse público ou, segundo Nóvoa (2009), para cumprir o nosso compromisso social.

Sendo assim, entende-se que não somente os professores precisam aprimorar suas práticas, mas também a escola precisa de mudanças profundas, principalmente no que se refere ao trabalho e ao estudo em conjunto (Nóvoa, 2022). Seguindo nessa direção, e preocupadas em levar equidade e democracia para nossas aulas, em escolas regulares comuns, questionamos: como incluir os estudantes com baixa visão nas atividades pedagógicas?

Como docentes, partimos do entendimento de que, para que a inserção no processo de ensino e aprendizagem se dê de forma satisfatória, é preciso saber dialogar com a especificidade de cada estudante, aproveitando suas potencialidades. Por isso, em reforço, são essenciais a formação profissional e continuada e os conhecimentos adequados ao atendimento desse público. No presente trabalho, oferecemos uma contribuição para práticas e debates acerca da inserção dos estudantes com baixa visão nas aulas, pensando na aproximação do aluno com o conhecimento, tornando acessíveis aulas e recursos.

Nesse sentido, destacam-se os recursos de Tecnologia Assistiva (TA) para as pessoas com DV, como auxílios ópticos, lupas, plano inclinado e letra ampliada, que podem significar



uma alternativa importante para a promoção da independência e da inclusão, levando-se em conta as características e especificidades de cada pessoa.

Em face disso, nosso objetivo principal é propor uma sequência didática interdisciplinar, com materiais acessíveis, para ser desenvolvida com estudantes videntes e com baixa visão, por meio de metodologia ativa de ensino, no modelo rotação por estações. Por sua vez, os objetivos específicos são: contribuir com o processo de inclusão de alunos com baixa visão nas salas de aula; e refletir sobre a questão ética na relação social e com a natureza.

No mais, este trabalho se propõe a explorar a ética nas interações com alunos concretos, promovendo diálogos sobre a interpretação da realidade ao nosso redor. Buscamos não só compreender a realidade e os temas abordados pela escola de maneira sistematizada, mas também integrá-los em uma sequência didática (SD), que se baseia na relação entre os indivíduos e suas experiências, com uma abordagem sociocultural inspirada nos estudos de Vygotsky (2007). De acordo com esse autor, é crucial refletir sobre como concebemos a sociedade, a linguagem e nossos alunos, que são influenciados por contextos políticos, históricos e culturais distintos.

De acordo com Goulart (2019, p. 63), “historicamente, a realidade socioeducacional injusta deixava um percentual enorme de crianças e de jovens brasileiros fora da escola, à margem dos processos formais de aprendizagem”. Esse grupo inclui o público da Educação Especial, como os alunos com deficiência visual (DV). Nesse contexto, reconhecemos que o conhecimento se desenvolve por meio da interação entre os alunos, dentro da dinâmica da sala de aula, com a orientação segura e comprometida do professor.

2 A pessoa com deficiência visual: baixa visão

Cada pessoa com deficiência visual, com a baixa visão, tende a apresentar características próprias em relação ao resíduo visual e à apreensão da realidade, pois cada indivíduo vivencia uma situação única, conforme suas especificidades. Em vista disso, Cobo, Rodriguez e Bueno (2003) entendem que a aprendizagem ocorre na interação entre a pessoa com deficiência visual e o ambiente onde ela está inserida. Nesse processo, participam tanto as emoções quanto os sentidos e o sistema motor.

A escola, sendo um espaço de construção do conhecimento, onde os estudantes passam uma parte significativa de suas vidas, deve proporcionar momentos agradáveis e acolhedores, com aulas lúdicas e motivadoras, que ofereçam oportunidades para o protagonismo e o desenvolvimento de competências e habilidades. A equipe multidisciplinar de profissionais da área pedagógica, composta por professores de diversas disciplinas, coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais, deve atuar como mediadora entre os alunos e o conhecimento.



Mas para que essa mediação seja eficaz, é necessário que esses profissionais estejam preparados para atender às diversas demandas, ajustando suas abordagens para alcançar os objetivos de aprendizagem de cada aluno. Na perspectiva vygotskyana, a mediação é crucial, pois o desenvolvimento das funções superiores ocorre por meio da aprendizagem e da interação com instrumentos materiais e psicológicos. Segundo o autor, as funções mentais ou psicológicas superiores (FMP) resultam das interações dos indivíduos desde o nascimento, através de aproximações, relacionamentos, experiências e vivências. Essas funções evoluem de mediações naturais para culturais, quando intermediadas por pessoas ou objetos, permitindo o desenvolvimento cognitivo (Vygotsky, 2007).

Funções mentais superiores como memória, atenção, imaginação, linguagem, vontade, pensamento, fala, emoção, percepção, consciência e formação de conceitos surgem do ambiente ao redor do indivíduo. Quando essas funções são organizadas e conscientizadas por meio do aprendizado, seu desenvolvimento ocorre, e a rede de relações que conecta funções sociais às funções psicológicas possibilita a evolução das funções superiores do ser humano (Vygotsky, 2007).

Nesse contexto, a escola e os professores desempenham um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Utilizando metodologias apropriadas para cada indivíduo, é possível compreender conceitos e conteúdos, aproximando-os das vivências e realidades dos alunos, o que facilita o desenvolvimento das funções superiores.

No entanto, diante da complexa gama de demandas enfrentadas pela escola e pelos professores atualmente, atender pedagogicamente e de forma acessível às individualidades é um grande desafio. Mesmo com essas dificuldades, porém, é necessário reconhecer e atender os direitos dos alunos.

Muitos estudantes com baixa visão chegam à escola com dificuldades cognitivas significativas devido à falta de estímulo precoce. Para que uma criança com baixa visão se desenvolva plenamente, é essencial um diagnóstico específico e um atendimento multidisciplinar desde cedo, envolvendo profissionais adequados e o apoio da família. Esse conjunto de ações programadas visa promover o desenvolvimento das habilidades dessas crianças.

A falta desse atendimento tende a acarretar prejuízos que se estendem no processo de aprendizagem ao longo da vida da pessoa com DV. Sobre isso, Gagliardo e Nobre defendem que:

A intervenção precoce em crianças com baixa visão destaca-se como sendo de importância fundamental, pois tem um caráter preventivo, ou seja, previne o aparecimento de deficiências secundárias. Na criança vidente, a visão é o agente desencadeador da motivação para a realização de movimentos e ações. A criança com deficiência visual necessita de intervenção para que sejam nela despertados o desejo, a curiosidade e a motivação para agir sobre o ambiente (Gagliardo, Nobre, 2001, p. 3).



Sá, Campos e Silva (2007) destacam que o desenvolvimento individual de pessoas com baixa visão varia conforme a estimulação e a utilização do resíduo visual. Por isso, esses alunos apresentam diferentes habilidades na execução das atividades propostas. Porém, é preciso compreender que ter uma deficiência visual não significa necessariamente ter dificuldades de aprendizado.

Segundo as mesmas autoras, é essencial incentivar a utilização dos outros sentidos e ajudar a superar eventuais obstáculos emocionais. A falta de estimulação adequada, aliada à falta de preparo da equipe para lidar com esse grupo de alunos, pode contribuir para a exclusão escolar. Por essa razão, a simples matrícula não é suficiente, sendo preciso criar condições para que eles permaneçam na escola e concluam seus estudos.

Durante as atividades escolares, é fundamental que os professores observem o comportamento dos alunos em relação à visão, identificando sinais de dificuldades e oferecendo recursos específicos, conforme a necessidade de cada um. Os recursos de TA desempenham um papel importante nesse contexto, facilitando o processo de aprendizado. Segundo Bersch (2017), eles contribuem para a independência, a qualidade de vida e a inclusão social ao ampliar a comunicação, a mobilidade, o controle do ambiente, além de aprimorar as habilidades de aprendizado e de trabalho dos estudantes.

No que diz respeito aos recursos de TA, Sá, Campos e Silva (2007) apresentam duas categorias: os ópticos, como óculos, lupas e telescópios; e os não ópticos, como materiais ampliados, lápis especiais e softwares. Vale ressaltar que cada pessoa com baixa visão pode necessitar de recursos específicos, de acordo com suas particularidades individuais.

3 O professor e o processo de inclusão

O educador português António Nóvoa (2009), um dos principais nomes da educação contemporânea, ressalta a relevância da formação do professor no contexto da prática pedagógica, especialmente em colaboração com seus colegas professores. Para ele, o século XXI demanda uma abordagem educacional centrada na prática docente, em um contexto marcado pela inclusão e pela equidade.

Nesse sentido, destacamos as competências essenciais para aqueles que desejam atuar na educação. Nóvoa (2009) identifica cinco características fundamentais para ser um bom professor. Primeiramente, destaca que o trabalho do professor se concentra na criação de práticas pedagógicas que conduzam os alunos ao aprendizado, demonstrando a importância de aproximar o estudante do conhecimento.

Como segundo atributo, enfatiza a compreensão dos significados da instituição escolar, a integração na profissão e a aprendizagem com colegas mais experientes como aspectos importantes da atuação docente. Ele ressalta que é na escola e por meio do diálogo com outros professores que se adquire conhecimento sobre a profissão, destacando a importância



da convivência, da troca de experiências e do trabalho colaborativo no ambiente escolar para a formação de um bom professor.

O terceiro, que Nóvoa chama de “tacto pedagógico”, revela uma sabedoria fundamental para o contato humano e essencial para os que se dedicam à profissão. Essa habilidade denota sensibilidade e discernimento no trato com os alunos e no desenvolvimento das práticas pedagógicas, destacando a importância da empatia e da compreensão das necessidades individuais. É a capacidade de estabelecer relações e de se comunicar de maneira eficaz, sem a qual o ato de educar não se completa. Também é a serenidade de quem consegue conquistar os alunos para o trabalho escolar, conduzindo-os ao conhecimento, uma habilidade que nem todos possuem (Nóvoa, 2009).

A quarta característica do bom professor, segundo o autor, é o que ele chama de “trabalho em equipe”. Os novos padrões de profissionalização docente exigem um reforço nas dimensões coletivas e colaborativas, no trabalho em equipe e na intervenção conjunta nos projetos educativos da escola. A prática profissional está cada vez mais organizada em torno de “comunidades de prática”, não apenas dentro de cada escola, mas também em movimentos pedagógicos que se conectam a dinâmicas além das fronteiras organizacionais (Nóvoa, 2009).

Por último, aponta o “compromisso social”. Podemos denominar essa característica de diversas formas, mas todas convergem para princípios e valores fundamentais como inclusão social e diversidade cultural. Educar significa ajudar a criança a superar as barreiras que, muitas vezes, são impostas pelo nascimento, pela família ou pela sociedade, permitindo-lhe alcançar um destino mais amplo (Nóvoa, 2009).

Com base nessas considerações podemos afirmar que um bom professor, comprometido socialmente, é aquele que compreende a complexidade de sua função no processo de ensino e aprendizagem nas escolas atuais. Ele não apenas busca atender às diversas demandas, mas também busca tornar a inclusão uma realidade palpável, indo além do mero direito.

Contudo, o adequado atendimento às demandas contemporâneas não depende apenas do professor e da escola. É determinante que o governo, a sociedade, as famílias e as escolas unam esforços na construção dessa conquista, em conformidade com a legislação vigente.

Nesse contexto, visando contribuir para o processo de inclusão, apresentamos uma proposta de intervenção pedagógica com o planejamento das atividades da sequência didática (SD). A sequência em questão foi organizada de forma a atender tanto alunos videntes quanto alunos com baixa visão, coletivamente, utilizando materiais acessíveis, em atividades pedagógicas interdisciplinares. Para isso, adotamos a metodologia ativa de ensino conhecida como rotação por estações, que promove a participação coletiva e engajada dos alunos em diferentes momentos de aprendizagem.



4 Percurso metodológico

A proposta teórica aqui apresentada visa contribuir com o processo de inclusão de estudantes com deficiência visual, especificamente baixa visão, nas salas de aula de escolas regulares comuns. Apresentaremos um jogo de tabuleiro para ser utilizado em uma sequência didática (SD) a ser aplicada em turmas do 1º ano do Ensino Médio, com alunos videntes e com baixa visão.

A sequência didática desenvolvida pelas pesquisadoras se baseia na compreensão das fases, atividades e relações dentro do processo educacional, buscando valorizar a sua relevância educacional, justificar suas razões e identificar oportunidades para melhorias ou inclusão de novas atividades que a aprimorem. Isto porque, segundo Zabala:

(...) a identificação das fases de uma sequência didática, as atividades que a conformam e as relações que se estabelecem devem nos servir para compreender o valor educacional que tem, as razões que a justificam e a necessidade de introduzir mudanças ou atividades novas que a melhorem (Zabala, 1998, p. 54).

A metodologia ativa de ensino escolhida foi a denominada rotação por estações, um modelo em que a turma é dividida em pequenos grupos, os quais passam por diferentes estações de aprendizado, previamente organizadas e explicadas. Essa abordagem é valiosa por incentivar a autonomia, a socialização, a pesquisa, o trabalho em equipe, o diálogo e a capacidade de ouvir o outro, conforme destacado por Moran (2015).

Nas metodologias ativas, o aprendizado é baseado em problemas e em situações reais, o que evidencia a importância da prática e das experiências dos estudantes no processo de aprendizagem. Segundo Silva e Felício, “os modelos de rotação permitem ao professor realizar adaptações conforme a realidade educacional, mantendo as características do ensino híbrido e visando o envolvimento dos alunos nas atividades” (Silva, Felício, 2020, p.27).

A proposta de sequência didática (SD) na disciplina de Filosofia, do Ensino Médio, terá como tema *Ética nas Relações*, explorando questões como: ecocídio, consumismo, bioética, práticas sustentáveis e políticas ambientais. Essa aula será parte do plano curricular do 1º ano do Ensino Médio, e terá uma abordagem dinâmica, integrando conteúdos de diferentes disciplinas, como Filosofia, Sociologia, Biologia e Geografia.

O objetivo principal é promover discussões profundas sobre a temática ambiental e o impacto das ações humanas no meio ambiente. Além disso, visa refletir com os alunos para que identifiquem e compreendam problemas socioambientais relevantes, incentivando-os a assumirem um papel ativo na busca por alternativas sustentáveis e éticas.

5 Resultados e discussões

A turma na qual a sequência didática (SD) será aplicada deverá ser dividida em quatro equipes, cada uma passando por quatro estações, com atividades específicas, em torno do



tema central *Ética nas Relações*. Todas as atividades terão início, meio e fim dentro de sua própria estação, com formatos diferenciados, incluindo vídeo, áudio, leitura, escrita, materiais táteis como um jogo de tabuleiro, tarefas práticas e debates que não dependem diretamente da intervenção do professor.

Cada equipe terá aproximadamente 20 minutos em cada estação, percorrendo uma estação de cada vez até completar toda a rotação. A aula terá 100 minutos no total (dois tempos de 50 minutos cada). Uma das atividades exigirá o uso de *notebook* e acesso à internet para reproduzir um vídeo do *YouTube*.

No início da aula, a professora explicará o modelo em cada momento/estação, esclarecendo dúvidas e detalhando as tarefas a serem realizadas. Ao final das estações, todos se reunirão para avaliar a dinâmica da aula, os recursos utilizados e o aprendizado obtido, compartilhando suas contribuições.

Na primeira estação, a equipe utilizará o jogo de tabuleiro “V ou F”, especialmente criado para essa aula. O jogo foi construído com material de baixo custo, em fonte Arial ampliada e em negrito, com cores variadas, para atender aos alunos com baixa visão. Ele consiste em um tabuleiro de corrida, feito de papelão e papel cartão, tampas coloridas de garrafas, representando os competidores, um dado grande numerado de um a seis em EVA colorido e uma caixa contendo as fichas com as perguntas.

Figura 1. Jogo de tabuleiro V ou F



Fonte: Acervo da pesquisa (2024).

Figura 2. Dado acessível e caixa com perguntas

Fonte: Acervo da pesquisa (2024).

No início do jogo, todos os participantes começarão na primeira casa do tabuleiro. Eles devem determinar a ordem das jogadas, decidindo quem será o primeiro, o segundo e assim por diante. No verso do tabuleiro, há um texto explicativo em tamanho 24, em fonte Arial e em negrito, acompanhado por um *QR Code*, contendo as regras do jogo. Trata-se de um jogo de tabuleiro do tipo corrida, no qual os jogadores avançam as casas conforme acertam as perguntas. O vencedor será aquele que alcançar primeiro o final do tabuleiro.

Figura 3. QR Code explicando o jogo

Fonte: Acervo da pesquisa (2024).



As perguntas do jogo devem ser relacionadas ao tema da aula, *Ética nas Relações*, mas podem ser ajustadas conforme o conteúdo a ser abordado. O jogo também pode ser usado para ampliar conhecimentos ou introduzir novos temas. Essa atividade visa desenvolver a competência de número seis da Base Nacional Comum Curricular, que consiste em valorizar a diversidade cultural, incentivando a conquista de conhecimentos e a vivência da cidadania com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (Brasil, 2018).

Na segunda estação, intitulada “Conhecendo o Problema”, os participantes assistirão ao vídeo *O chope e a ética* (2020), de Mário Sérgio Cortella, pelo link fornecido. Após assistirem ao vídeo, eles compartilharão suas experiências éticas. Se necessário, será feita uma audiodescrição do vídeo, para atender aos alunos com baixa visão. Essa atividade visa desenvolver a competência específica da BNCC de número dez, que se refere a agir com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tendo como base das ações os princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (Brasil, 2018).

Na terceira estação, os alunos receberão uma entrevista com o advogado Rodrigo Lledó, em formato de texto impresso. Os materiais dos alunos com baixa visão serão adaptados, incluindo letra ampliada, papel com pauta ampliada, lápis 6B e uma lupa. Após a leitura, os alunos listarão as causas do ecocídio, relacionando-as à questão ética. Um aluno será designado como relator para apresentar as conclusões ao final da aula. Aqui trabalharemos o desenvolvimento da competência de número sete da BNCC, que visa à argumentação de idéias que valorizem direitos humanos, consumo responsável e consciência socioambiental (Brasil, 2018).

Na quarta estação, denominada "Buscando Possíveis Soluções", os 17 objetivos da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável serão apresentados em áudio. Após ouvir atentamente, os alunos discutirão o assunto e escolherão dois objetivos para traçar ações relacionadas a eles. Essa atividade atende à competência específica número nove da BNCC, que incentiva o exercício da empatia, do diálogo, da resolução de conflitos e da cooperação, com respeito aos direitos humanos e à diversidade (Brasil, 2018).

Por fim, a sequência será concluída reunindo todas as equipes, e cada relator apresentará o que foi discutido e analisado durante as estações, abordando as temáticas do jogo, do vídeo, do texto e do áudio. Com base nessas discussões, a turma criará um projeto voltado ao tema *Ética nas Relações*, a ser replicado na escola e envolvendo a comunidade escolar. A elaboração detalhada do projeto ocorrerá em futuras aulas e será compartilhada nas redes sociais da escola. Nesse momento da aula, exploraremos a competência específica de número um da BNCC, que envolve a valorização de conhecimentos históricos para compreender a realidade e contribuir para a construção de uma sociedade justa e inclusiva (Brasil, 2018).



É importante ressaltar que essa SD interdisciplinar é uma proposta teórica sobre como incluir os alunos com baixa visão na prática pedagógica. A organização apresentada resulta do planejamento da disciplina de Filosofia, utilizando materiais acessíveis, em conformidade com o público com baixa visão.

Para melhor compreensão da aula, apresentamos, no quadro 1, abaixo, as atividades que compõem a rotação por estações e o percurso a ser feito por cada equipe de forma resumida.

Quadro 1. Organização das atividades da Rotação por Estações

INTRODUÇÃO DA AULA	ESTAÇÃO 1	ESTAÇÃO 2	ESTAÇÃO 3	ESTAÇÃO 4	CONCLUSÃO DA AULA
A metodologia Rotação por Estações será explicada a todos pela professora.	Atividade: Uso do Jogo de Tabuleiro V ou F.	Atividades: Assistir ao vídeo e travar discussões sobre a <i>Ética nas Relações</i> .	Atividades: Leitura de entrevista, reflexões e listagem das causas do ecocídio.	Atividades: Ouvir o áudio sobre a Agenda 2030, escolher 2 objetivos e traçar ações estratégicas.	Apresentação pelos alunos das atividades desenvolvidas durante as estações, conclusão da temática pelo professor e avaliação da aula.
EQUIPE 1	1º	2º	3º	4º	EQUIPE 1
EQUIPE 2	2º	3º	4º	1º	EQUIPE 2
EQUIPE 3	3º	4º	1º	2º	EQUIPE 3
EQUIPE 4	4º	1º	2º	3º	EQUIPE 4

Fonte: Acervo da pesquisa (2024).

Considerações finais

Diante do exposto, podemos concluir que o processo de inclusão escolar dos estudantes com deficiência visual, em particular daqueles com baixa visão, não é apenas responsabilidade do professor, mas este desempenha um papel fundamental ao criar oportunidades e alternativas que permitam a compreensão e o aprendizado dos estudantes. Ressaltamos a importância de conhecer cada aluno individualmente, respeitando suas peculiaridades, aten-



dendo às suas possibilidades e especificidades, e oferecendo acessibilidade nas aulas, conforme recomendado pelos autores pesquisados.

A proposta de sequência didática (SD) interdisciplinar, utilizando a metodologia ativa de ensino, no formato de rotação por estações, representa uma contribuição para a prática docente no Ensino Médio, especificamente na disciplina de Filosofia, podendo ser adaptada aos assuntos estudados em outras áreas do conhecimento.

Destacamos a importância da conscientização e da ação dos docentes para impulsionar o processo de inclusão e contribuir para o avanço da equidade na educação. Contudo, essa responsabilidade não recai apenas sobre os professores, mas também requer ações do governo e da sociedade, embora não nos aprofundemos nesses aspectos neste momento.

Nosso objetivo não é oferecer soluções definitivas, mas sim indicar possíveis caminhos com base na Literatura Acadêmica e nas experiências vivenciadas. Sugerimos a continuidade dos estudos, das reflexões e do desenvolvimento de propostas pedagógicas para a intervenção docente na Educação Inclusiva, especialmente em relação à deficiência visual. A literatura consultada nos permite refletir sobre a inclusão como uma realidade que demanda soluções para os desafios educacionais, colocando o aluno como protagonista do seu processo de aprendizagem.

Quanto ao papel do professor em sala de aula, é essencial destacar o compromisso com as adaptações pedagógicas necessárias para a inclusão. Reconhecemos os desafios enfrentados pela prática docente atualmente, mas não podemos nos eximir de nossa responsabilidade na promoção de uma educação inclusiva para todos.

Para lidar com as desigualdades educacionais na Educação Especial, é fundamental oferecer mais do que apenas a matrícula na escola; é preciso garantir a permanência, superar as barreiras existentes e construir a equidade por meio de uma mediação atenta. A educação deve ser uma prioridade em uma sociedade que valoriza a dignidade, o respeito e a justiça humana.

Referências

ASSUNÇÃO, Candice Aparecida Rodrigues. *Inclusão e ideologias no contexto da globalização: uma investigação à luz da Análise de Discurso Crítica*. 2016. 328 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, ano 126, n. 191-A, p. 1-32, 5 out. 1988.



- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 05 jun. 2023.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação*. Brasília: MEC: SEESP, 2008.
- BERSCH, Rita. *Introdução à Tecnologia Assistiva*. Porto Alegre: Assistiva – Tecnologia e Educação, 2017.
- COBO, Ana Delgado; RODRIGUEZ, Manoel Gutiérrez; BUENO, Salvador Toro. Aprendizagem e Deficiência Visual. In: MARTIN, Manoel Bueno; BUENO, Salvador TORO (coord.). *Deficiência Visual: aspectos psicoevolutivos e educativos*. São Paulo: Santos, 2003. p. 129-144.
- GAGLIARDO, Heloísa G. R. Gardon; NOBRE, Maria Inês. R. S. Intervenção precoce na criança com baixa visão. *Revista Neurociências*, [São Paulo], v. 9, n. 1, p. 16-19, 2001.
- GOULART, Cecília Maria Aldigueri. Alfabetização em perspectiva discursiva. A realidade discursiva da sala de aula como eixo do processo de ensino-aprendizagem da escrita. *Revista Brasileira de Alfabetização*, Belo Horizonte, v.1, n.9, p. 60-78, jan./jun. 2019.
- MORAN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofélia Elisa Torres (org.). *Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens*. Ponta Grossa, PR: Foca Foto-Proex: UEPG, 2015. (Coleção Mídias Contemporâneas, v. 2). p. 15-33.
- NÓVOA, António. *Escolas e professores – proteger, transformar, valorizar*. Salvador: SEC/IAT, 2022.
- NÓVOA, António. *Professores: Imagens do Futuro Presente*. Lisboa: Educa, 2009.
- O CHOPE e a ética. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal do Cortella. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SOY2BlapESA>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- ONU NEWS. Nações Unidas. *Em primeiro relatório global sobre a cegueira, OMS diz que o mundo poderia evitar metade dos casos*. In: ONU NEWS. *ONU News – Perspectiva Global Reportagens Humanas*. [S. l.], 08 out. 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/10/1690122>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myrian Beatriz Campolina. *Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual*. Brasília, SEESP: MEC, 2007.
- SILVA, Regiane Aparecida da; FELÍCIO, Cinthia Maria. *Rotação por Estações: uma proposta didática para formação integral na Educação de Jovens e Adultos*. Morrinhos, GO: IF Goiano, 2020.



VYGOTSKY, Lev Semionovitch. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Organizadores: Michael Cole *et al.* Tradução: José Cipolla Neto; Luís Silveira Menna Barreto; Solange Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Recebido em: 24.2.2024

Revisado em: 30.4.2024

Aprovado em: 30.5.2024